

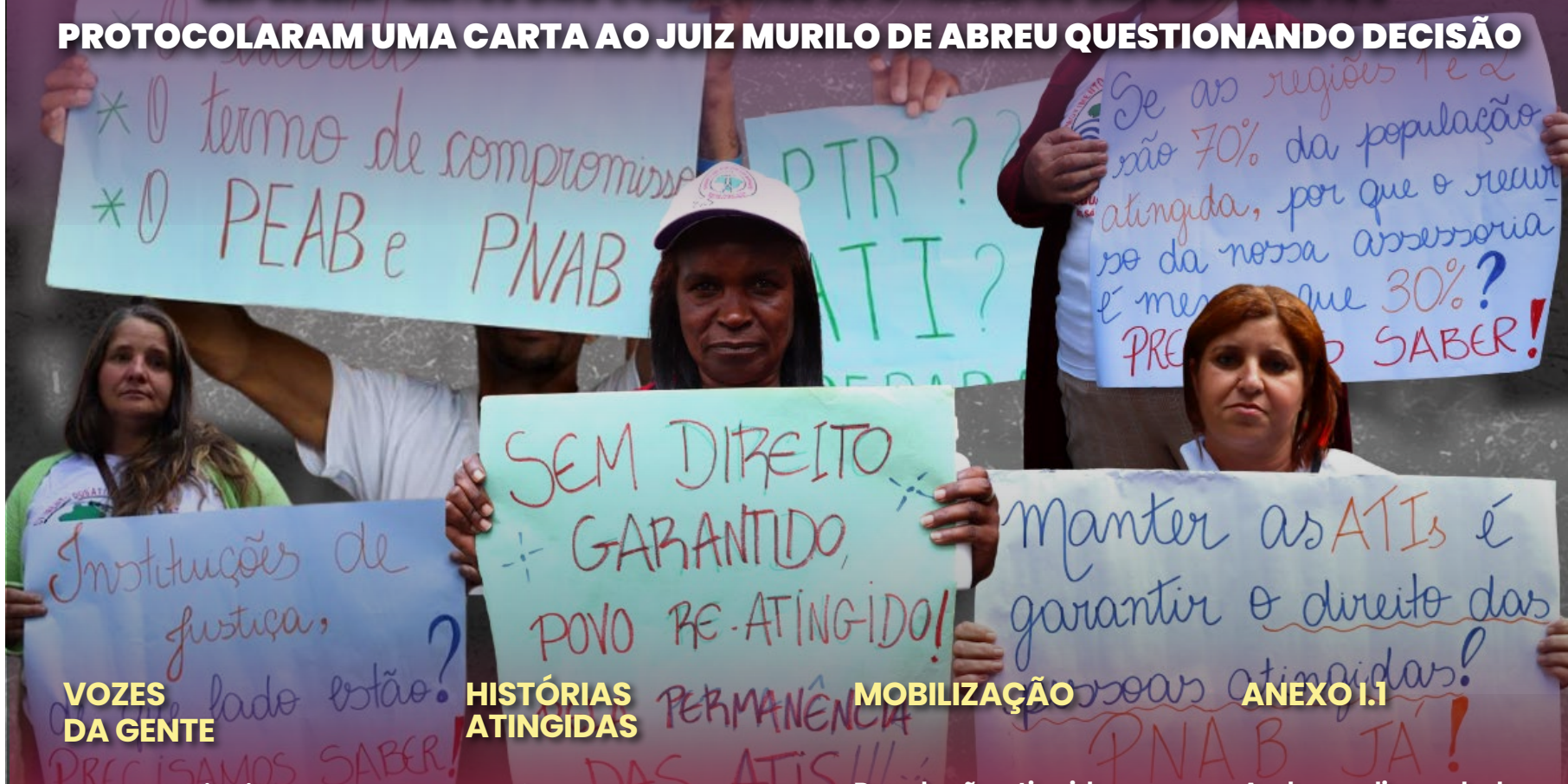
VOZES

do Paraopeba

Minas Gerais - julho de 2025 | Ano 4 | Edição 44 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  **Aedas**

CORTE DE RECURSOS PARA ACOMPANHAMENTO AO ANEXO I.1 MOBILIZA OS TERRITÓRIOS

REPRESENTANTES DAS COMISSÕES DE ATINGIDOS DAS REGIÕES 1 E 2
PROTOCOLARAM UMA CARTA AO JUIZ MURILO DE ABREU QUESTIONANDO DECISÃO



VOZES DA GENTE

Pessoas atingidas do Paraopeba falam sobre o direito à ATI e ao Auxílio Emergencial

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Sueli e a luta das mulheres negras atingidas pelo rompimento em Brumadinho

MOBILIZAÇÃO

População atingida da bacia do Paraopeba realiza mais um dia de luta

ANEXO I.1

Aedas realiza rodada de RIs sobre setores e Entidade Gestora divulga cronograma de trabalho

pág. 03

pág. 04

págs. 08 e 09

págs. 10 e 11

EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, Mateus Leme com PCTRAMA) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Gerência Geral
Diva Braga
Gabriela Cotta
Ranúzia Neta

Coordenação de Comunicação
Elaine Bezerra

Gestão Operacional
Valmir Macêdo

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, Diego Cota,
Júlia Rohden, Douglas Keesen,
Isis de Oliveira, João Dias

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Julia Rocha,
Wagner Túlio Paulino

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra
Valmir Macêdo

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Telefone - (31) 9 9840-1487

Região 1 - Brumadinho
atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba,
Mário Campos, São Joaquim de Bicas,
Mateus Leme/PCTRAMA
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ATI NAS REGIÕES ATINGIDAS

O direito à Assessoria Técnica Independente (ATI) foi uma conquista histórica das pessoas atingidas por barragens. As ATIs são instrumentos fundamentais para garantir o direito à informação, à participação e à autodeterminação das comunidades atingidas, pilares essenciais de uma reparação justa e democrática. Atuam em cinco principais frentes: equilíbrio de poder entre pessoas atingidas e empresas, informação técnica acessível, participação informada e qualificada, levantamento dos danos, controle social das ações reparatórias e fortalecimento da organização social e comunitária.

A luta popular de lideranças atingidas junto do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB conquistou a institucionalização do Direito à Assessoria Técnica Independente na legislação, através das políticas estaduais e nacionais das pessoas atingidas por barragens (PEAB e PENAB, respectivamente). Primeiro, na legislação estadual do estado de Minas Gerais em 2021 (Lei nº 23.795/21); posteriormente, em dezembro de 2023, o direito foi normatizado também na legislação brasileira (Lei nº 14.755/23).

Entretanto, como direito histórico e popularmente conquistado, a sua implementação é processo contínuo e depende da luta de seus destinatários: o povo atingido. No último mês, as três ATIs que atuam na Bacia do Paraopeba se reuniram com

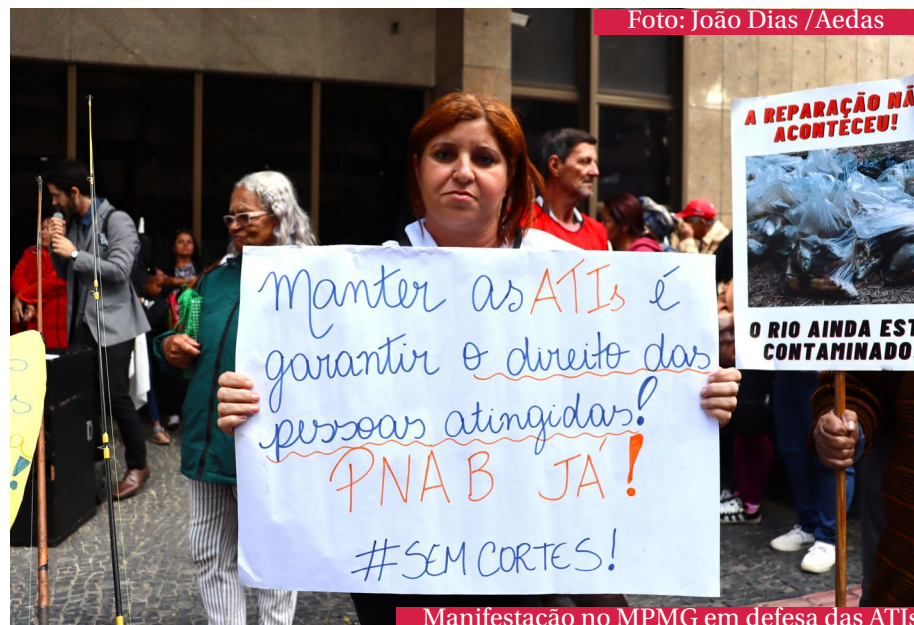


Foto: João Dias / Aedas

Manifestação no MPMG em defesa das ATIs

**“
Nosso compromisso é com o direito das pessoas e comunidades atingidas**

as IJs para dialogarem sobre a efetividade do direito à assessoria técnica ao longo dos territórios, já que o recurso proposto pelas IJs, baseado em estudo da Coordenação Metodológica e Finalística (CAMF), prevê um corte orçamentário de 61% da estrutura e orçamento da Aedas. Como o valor apresentado no estudo e reafirmado pelas IJs não consegue garantir a participação e acesso das pessoas atingidas das Regiões 1 e 2 ao processo reparatório do Anexo I.1, bem como o alcance das metas colocadas, a Aedas não

pôde assinar o Termo Aditivo proposto. Em nota, publicada no dia 19 de julho, apresentamos, de forma mais detalhada, as razões pelas quais não assinamos o Termo.

O nosso compromisso é com o direito das pessoas e comunidades atingidas, sobretudo, com o direito à Assessoria Técnica Independente, arduamente conquistado e constantemente colocado à prova, sendo ele construído cotidianamente pelo povo atingido. Seguiremos juntas e juntos, por justiça, memória, e não repetição, firmes ao nosso propósito de assessorar de forma qualificada as regiões que nos escolheram para estar junto a elas neste caminho.

O Rio ainda corre, o povo ainda luta!



Você pode acessar nota na íntegra apontando a câmera do celular para o Qr Code

VOZES DA GENTE

No dia 11 de julho, as pessoas atingidas da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias se mobilizaram para reivindicar Auxílio Emergencial e protestar contra a precarização das Assessorias Técnicas Independentes. O Vozes da Gente traz algumas dessas manifestações das regiões 1 e 2.

IMPORTÂNCIA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

“Muitas famílias perderam a sua renda (...). Eu trabalhava com produtos orgânicos no Córrego do Feijão. Como a fazenda foi vendida a gente perdeu essa renda. Estamos na luta tentando nos erguer, mas por enquanto a gente não conseguiu se erguer ainda.”



AMANDA DOS SANTOS,
Córrego do Feijão, Brumadinho

NECESSIDADE DA ATI PARA A REPARAÇÃO

“Nós já estamos com a assessoria técnica que está ótimo para nós. A assessoria técnica da Aedas nos acompanha desde o começo, dá um apoio para a gente, então nós preferimos ficar com assistência da Aedas no nosso município e esperamos uma reparação justa.”



ROSEMEIRE SOUTO,
Aranha, Brumadinho

PELA NÃO PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA ATI

“O valor que foi determinado para a Aedas é bem pequeno, foi um corte muito severo. Eu creio que não dá pra fazer um trabalho com excelência com um corte desses. Essa é uma luta que estamos correndo atrás, para esse valor aumentar, para que possam fazer um trabalho de excelência com as pessoas atingidas.”



JOÃO ÍNDIO,
Comunidade Aranã, Juatuba

ATI É UM DIREITO DAS PESSOAS ATINGIDAS

“É importante continuar na luta junto com a Aedas. É importante que todos venham pra luta porque precisamos das ATIs nos auxiliando, porque sem elas a gente não consegue nada.”



CAMILA INGRID,
Vila das Amoreiras, Funil, Mário Campos



Participe do Vozes da Gente!
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | @aedasmg



"Nossa cor é a nossa vitória": a luta de Sueli por justiça

histórias atingidas

▪ **SUELI ARAÚJO**
48 ANOS, PIRES,
BRUMADINHO

pescador. Hoje não pode mais. As crianças iam ao rio, hoje não podem mais".

Ela convive, no próprio quintal, com os danos de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) instalada pela Vale: "a ETE traz uma série de problemas no dia a dia: o mau cheiro constante e a necessidade de limpeza frequente do sistema têm atingido diretamente o nosso bem-estar".

Sueli defende a atuação da ATI para a garantia de direitos e da reparação: "A Aedas é importante. Nos ajuda a levantar os danos e nos aproxima da justiça. Antes, nunca tinha entrado numa sala de juiz".

Engajada na luta das mulheres, afirma: "Estou também por outras mulheres que não têm condições de lutar pelos seus direitos".

Para Sueli, a reparação precisa ser integral: pelo desastre-crime, histórica e pelo bem viver das mulheres negras: "Que nunca abaixem a cabeça. A nossa cor é a nossa vitória".

Texto e fotografias: Felipe Cunha

Estou também por outras mulheres que não têm condições de lutar pelos seus direitos

Sueli é mãe solo de quatro filhos e avó de dois netos. Mora na comunidade do Pires, em Brumadinho, onde vivem, em sua maioria, mulheres negras: "Amo minha comunidade, onde escolhi morar e que me lembrou o lugar rural onde cresci".

Natural de Barra de São Francisco (ES), mora há quase 30 anos em Brumadinho. É gari concursada na prefeitura e comerciante. Divide o tempo entre os cuidados com família, sua casa e com a luta pela reparação: "Estou na comissão e na luta junto com as atingidas".

Sueli vive de frente para a linha do trem de minério. O barulho e o risco são constantes: "A gente fica com medo. Tem que ter atenção redobrada. Já houve acidentes bem próximos da nossa porta".

Desde o rompimento da barragem em 2019, a relação com o território mudou. "Veio muita devastação e doenças. Hoje, vejo o minério como um perigo que mora dentro da cidade".

A comunidade do Pires virou um canteiro de obras. A circulação de pessoas estranhas se tornou constante. Há risco de contaminação do solo, do ar e do rio. Falta estrutura, nem toda a comunidade tem coleta de lixo, o transporte público é precário, não há espaços de lazer: "Ainda é um bairro que carece de acesso ao básico e à justiça".

Sobre o Acordo de Reparação, ela expressa: "Não participamos do Acordo, não fomos escutados. Quem sabe dos problemas é quem mora onde aconteceu o desastre-crime".

A comunidade dos Pires está na Zona Quente e na Zona de Autossalvamento (ZAS) da Barragem Menezes II e enfrenta danos contínuos: "A gente escuta qualquer barulho e já imagina coisa ruim".

Sueli denuncia o descarte de rejeitos da dragagem do rio Paraopeba próximo à comunidade e relata outros danos ambientais: "Meu pai era



CAMINHOS EM DEFESA DA SAÚDE NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS

ENTREVISTA. Saúde é pauta de reivindicação das pessoas atingidas, que têm cobrado seus direitos para além do Acordo Judicial

Valmir Macêdo

Meio ambiente, corpo e mente estão profundamente conectados. Em contextos de desastre-crime, como o rompimento da barragem em Brumadinho, em um território marcado pela mineração e por diversas denúncias de violações de direitos, essa conexão pode resultar em sérios danos à saúde e, consequentemente, no adoecimento das populações atingidas.

Em entrevista ao programa Aedas no Ar, Cláudia Simões, psicóloga e técnica da equipe de Marcadores Sociais da Diferença da Aedas, explicou como a reparação dos danos à saúde deve ser garantida de forma integral. A entrevista também abordou a construção do Plano Estadual de Saúde e o Protocolo de Assistência à Saúde para casos de exposição a substâncias químicas decorrentes da atividade minerária.

“O cuidado em saúde precisa sempre partir de uma perspectiva integral, que leve em conta as múltiplas dimensões da vida das pessoas e suas relações com o território”, afirmou Cláudia.

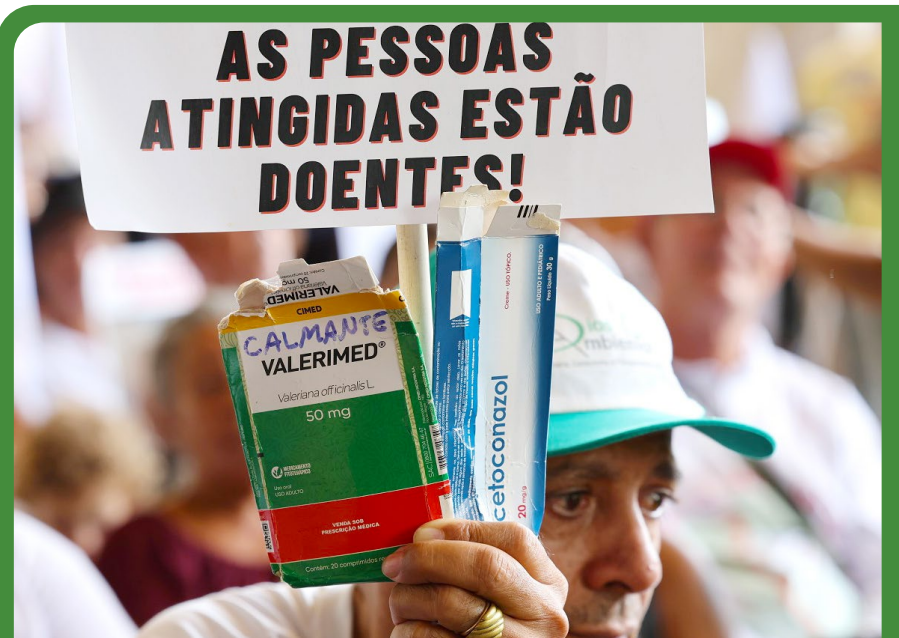
Confira a seguir trechos da entrevista. A versão completa está disponível no nosso site e no programa Aedas no Ar, no YouTube.

POLÍTICA PÚBLICA ESPECÍFICA: PLANO ESTADUAL E PROTOCOLO DE SAÚDE

Criado a partir de uma deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do SUS (Sistema Único de Saúde) em Minas Gerais, em 21 de agosto de 2024, o Grupo de Trabalho de Saúde tem como uma de suas estratégias a construção de um Plano Estadual voltado especificamente para a atenção às populações atingidas por atividades minerárias e desastres minerários.

O grupo é composto por representantes da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, do Conselho Estadual de Saúde, do Ministério da Saúde, de instituições como a Fundação Estadual do Meio Ambiente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de representantes dos municípios atingidos das bacias dos rios Doce e Paraopeba.

“O objetivo do plano é fortalecer a articulação das políticas públicas de saúde em todo o estado, considerando o contexto específico de quem vive em regiões mineradas ou foi atingido por desastres como



Atingidos denunciam piora na saúde após o rompimento.

o rompimento de barragens. Ou seja, propõe um olhar integral, que inclui desde o atendimento básico, como os postos de saúde, até o atendimento especializado e hospitalar, além de ações de promoção da saúde e vigilância em saúde ambiental”, explicou Cláudia.

A Aedas formalmente não compõe o grupo de trabalho, mas acompanha as reuniões com o intuito de auxiliar a

O cuidado em saúde precisa sempre partir de uma perspectiva integral

participação informada dos representantes das regiões assessoradas e de contribuir com informações que qualifiquem a elaboração do plano.



Ouçá e leia a entrevista completa com Cláudia Simões:



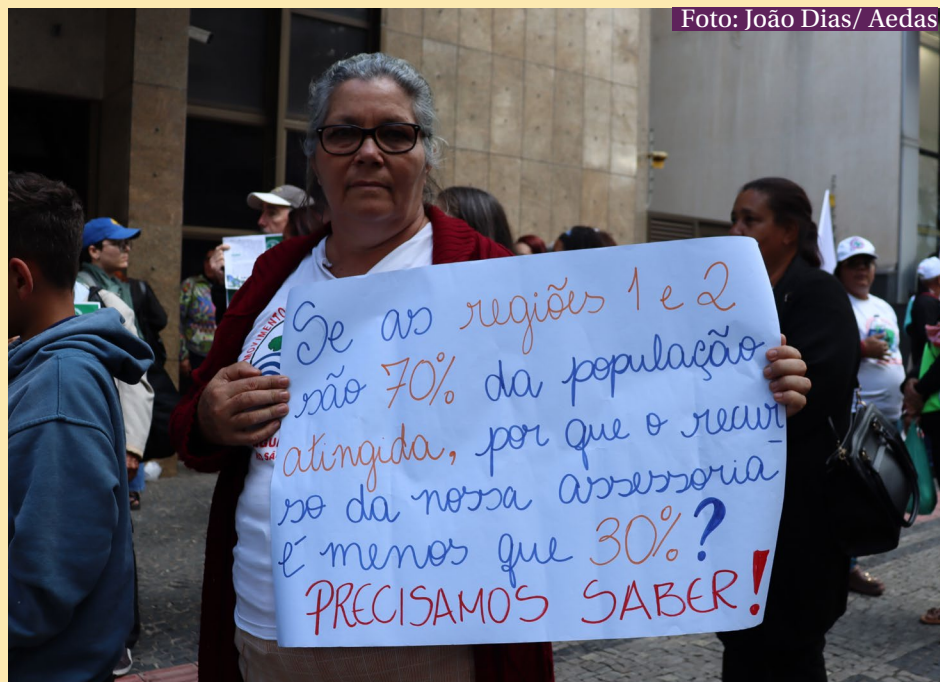
AEDAS E PESSOAS ATINGIDAS QUESTIONAM CORTE DE RECURSOS PARA AS REGIÕES 1 E 2 E RETIRADA DE DIREITOS

CORTE. Recursos para garantir o direito à Assessoria nas Regiões 1 e 2 sofrem corte de 61%

Júlia Rohden

Nas últimas semanas, a Aedas vem dialogando com os atores da reparação para mostrar que o valor apresentado pelas Instituições de Justiça para o trabalho da Assessoria Técnica Independente nas Regiões 1 e 2 para execução do Anexo I.1 não consegue garantir a participação das pessoas atingidas. A instituição aponta falta de transparência e consistência técnica no estudo feito pela Coordenação Metodológica e Finalística (CAMF) que apresenta corte de 61% nos valores destinados às Regiões 1 e 2. O estudo trata da recomposição de recursos para as Assessorias Técnicas Independentes do Paraopeba e baseou a decisão das Instituições de Justiça sobre os recursos a serem utilizados na execução do Anexo I.1.

“Na prática, tal corte significa um prejuízo imenso e iminente violação de direitos das pessoas atingidas, não só em relação à Assessoria Técnica Independente, mas também em relação à reparação pelo Anexo I.1”, resume Gabriela Cotta, gerente do Eixo Institucional da Aedas.



Atingidos questionam corte de recursos para a atuação da Assessoria Técnica Independente nas regiões 1 e 2 destinados para a execução do Anexo I.1

Em nota, a assessoria afirma que “o problema em torno da fixação de recursos suficientes para o trabalho da Assessoria Técnica Independente não é novo. Desde o início do trabalho das ATIs e em diversas oportunidades, como a reunião com as IJs ocorrida em 18 de junho de 2025, a Aedas tem afirmado a importância do estabelecimento de diretrizes e parâmetros que possam estimar com referência técnica e jurídica esses recursos. Essas diretrizes, por sua vez, precisam ser compatíveis com a

“Tal corte significa um prejuízo imenso e iminente violação de direitos das pessoas atingidas”

realidade dos territórios assessorados, as ações esperadas e as próprias metas de execução estabelecidas pelas Instituições de Justiça”. A Aedas aponta que o valor máximo de R\$ 17.873.511,33, conforme previsto no documento, é gravemente insuficiente.

Nesse contexto, as pessoas atingidas seguem se mobilizando e articulando iniciativas de luta contra a violação do direito à reparação e precarização das condições de trabalho da entidade que foi eleita para assessorá-las.

No dia 24 de julho, as comissões de atingidos das Regiões 1 e 2 protocolaram uma carta intitulada “Pedido de Justiça e Revisão da Proposta de Complementação do recurso de assessoramento do Anexo I.1” junto ao juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, Murilo Silvio de Abreu.

No documento, as pessoas atingidas afirmam não ter “interesse algum em substituir a Assessoria Técnica que escolhemos de forma legítima e participativa. Qualquer tentativa de mudança nesse momento, após anos de trabalho consolidado e justo, nos traria prejuízos profundos e uma nova onda de revitimização”.

A carta apresenta argumentos e, por fim, solicita: a garantia do respeito ao direito de manter a Aedas enquanto assessoria técnica; a garantia do princípio da equidade na reparação, considerando as especificidades, o tamanho e a complexidade territorial das Regiões 1 e 2; a promoção de diálogo direto entre o juiz, as Instituições de Justiça, a Assessoria Técnica e as comissões das Regiões 1 e 2, com a presença da CAMF e da Entidade Gestora para esclarecimento das decisões tomadas

e reconstrução de um caminho participativo; a reavaliação do valor destinado ao assessoramento técnico nas Regiões 1 e 2, considerando critérios de proporcionalidade, densidade populacional, número de instâncias de governança formadas, diversidade territorial e a trajetória acumulada de organização e mobilização e, por fim, solicitam que seja restabelecido o compromisso original do Acordo Judicial de 2021 e “que as Instituições de Justiça nos representem de fato, com escuta, transparência e alinhamento à centralidade do sofrimento das vítimas, e não apenas de forma formal ou protocolar”.

DESCOMPASSO COM REALIDADE NOS TERRITÓRIOS

Ao analisar o estudo da CAMF, a Aedas conclui que o recurso previsto para as Regiões 1 e 2 está gravemente defasado em relação às demandas territoriais, além de não ser apresentada qualquer justificativa para os cortes de estrutura e orçamento realizados. Enquanto o estudo da CAMF apresenta corte de 61% para o atendimento às Regiões 1 e 2, o mesmo estudo indica corte de 9% para a Região 3 e 36% para as Regiões 4 e 5. Foi solicitado às Instituições de Justiça que determinassem à CAMF a elaboração de novo estudo, contemplando elementos concretos da execução do Anexo I.1, como as metas e entregas previstas, por exemplo.

“É fundamental que seja garantido o direito à assessoria técnica independente com equidade entre as regiões atingidas. Nós não estamos questionando os recursos necessários para as



Em ato no dia 11/07, as pessoas atingidas pautaram o direito à Assessoria Técnica sem precarização e reivindicaram o Auxílio Emergencial.

demais regiões, ao contrário, defendemos que todas as regiões tenham os mesmos direitos de ter uma Assessoria e com condições de trabalho. Para que isso aconteça é fundamental que a realidade de assessoramento nos territórios seja observada, o que não se evidencia no estudo realizado”, ressalta Cotta.

A análise da Aedas indica que o descompasso entre a realidade do território e o dimensionamento do recurso acontece porque a CAMF produziu um estudo que não se debruça sobre a execução do Anexo I.1, mas sobre dados financeiros das ATIs à época de sua realização. Para a assessoria, isso por si só já é um problema, já que os planos de trabalho das ATIs tem planejamentos orçamentários diferentes e previsões de desmobilização fora de sincronia, o que impacta diretamente nos recursos analisados. Além disso, o estudo apresenta uma defasagem temporal das suas

bases de referência, já que foi realizado em abril, quatro meses antes do início previsto para as atividades.

Outros pontos identificados em análise feita pela Aedas dialogam com a falta de transparência em relação aos critérios utilizados para determinar a redução imediata de RH, à redução orçamentária injustificada

assessoramento. Não menos importante é o destaque que o estudo não visualiza a alocação dos recursos por região da Bacia, mas por entidade que presta a assessoria à essas regiões.

ASSESSORIA COM CONDIÇÕES ADEQUADAS

“É fundamental que seja garantido o direito à assessoria técnica independente com equidade entre as regiões atingidas”

para o segundo ano de execução, à falta de observação do público-alvo e demais características territoriais que impactam no

A Aedas informa que segue assessorando as comunidades atingidas das Regiões 1 e 2 considerando o Termo de Compromisso vigente até janeiro de 2026, bem como a decisão judicial em relação ao Plano de Trabalho do Processo. Além disso, reitera a vontade de assessorar a execução do Anexo I.1 com condições e estrutura adequadas.

A entidade informa que permanece aberta aos diálogos com toda a sociedade, Instituições de Justiça e demais órgãos responsáveis pelo acompanhamento da reparação.

ATINGIDAS E ATINGIDOS DO PARAOPEBA FORAM ÀS RUAS DE BELO HORIZONTE PELO DIREITO À ATIE AO AUXÍLIO EMERGENCIAL

MOBILIZAÇÃO. Durante o dia de mobilização, representantes dos cinco territórios participaram de reuniões com o TJMG e MP



Foto: Diego Cota/Aedas

Audiência com juíza teve a participação de atingidos das cinco regiões

Diego Cota

Na luta constante pelo direito à vida digna no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, as pessoas atingidas da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias seguem mobilizadas dialogando com as esferas da justiça e no enfrentamento à mineradora Vale S.A., responsável pelo desastre-crime.

A sexta-feira, dia 11/07, foi mais um dia de luta, na qual centenas de atingidas e atingidos se reuniram em Belo Horizonte, em ato organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Na pauta, a reivindicação pela garantia do direito a Assessoria Técnica Independente, sem cortes e sem precarização do direito, e pela continuidade do auxílio financeiro.

DEMANDAS DA POPULAÇÃO ATINGIDA FORAM APRESENTADAS PARA JUÍZA

A concentração das pessoas atingidas teve início na superintendência regional do Incra, região Centro-Sul da capital. De lá, partiram em marcha até a Unidade Afonso Pena do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde representações das cinco regiões

participaram de uma audiência com a juíza Maria Dolores Cordovil, magistrada da Segunda Instância relatora do julgamento sobre a continuidade do Auxílio Emergencial na Bacia do Paraopeba.

As lideranças atingidas relataram para a juíza a realidade vivida nos territórios e destacaram a importância da continuidade do auxílio. A representante da comissão de atingidos da Região 1, Maria

Aparecida (Paré), destacou que a redução do PTR, iniciada em março, já trouxe transtornos para a população.

“Depois da redução do PTR, Brumadinho virou um caos. O SUS não cobre todos os remédios. Desde 2019, quando tudo aconteceu, nossa vida perdeu o sentido, porque o que a gente era, a gente não é mais — e nem sabe se vai poder voltar a ser, porque foi a Vale que tirou. Ela tira tudo que é nosso e ainda não quer pagar o que deve”, disse.

Joelísia Feitosa, liderança atingida de Juatuba, Região 2, falou sobre a vulnerabilidade social que a população atingida está exposta. “É grande a dificuldade que estamos enfrentando para acolher o alto índice de vulnerabilidade social que aumentou com a pandemia, com o desastre-crime e agora com o corte do PTR. Ele é o único recurso de muitas famílias, as pessoas foram privadas de seus direitos. Antes, trabalhavam com turismo, com plantio e hoje não têm mais essa renda.



Reforçamos a permanência das ATIs e as condições para que elas trabalhem nos territórios

Estamos diante de uma crise que só cresce ao longo de toda a Bacia”, afirmou.

Na porta do tribunal, foi



Foto: João Dias/ Aedas

Atingidos em diálogo com o juiz Murilo Silvio de Abreu

organizado um ato público para exigir a continuidade do auxílio, que é considerado essencial para garantir a dignidade das famílias atingidas, enquanto a reparação não acontece nos territórios. É importante destacar que o direito ao auxílio emergencial é um dos dispositivos garantidos pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e pela Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB).

Durante a audiência, a juíza Maria Dolores informou que o julgamento dos agravos relacionados ao Auxílio Emergencial seria realizado no dia 25 de agosto.

LIDERANÇAS SE REUNIRAM COM JUIZ MURILO E COM MPMG

O dia de luta também contou com outras duas reuniões, uma com o juiz Murilo Silvio de Abreu, da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, e outra com o Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres, do Ministério Público de Minas Gerais (Nucard/MPMG).

No MP, a reunião foi presidida pelo promotor Leonardo Castro Maia. Nela, os atingidos reivindicaram a defesa do Anexo I.1. Já no TJ, em reunião

A ação em trâmite na Segunda Instância solicita a retomada do valor integral do PTR ou a criação de um novo Auxílio Financeiro a ser pago até que a reparação dos danos seja concluída. Em março, uma decisão da Primeira Instância atendeu ao pedido das pessoas atingidas, mas a decisão foi suspensa pelo TJMG após recurso da mineradora Vale.



Depois da redução do PTR, Brumadinho virou um caos

com o juiz Murilo, foi cobrada a celeridade nos processos e foi questionado sobre os recursos destinados às ATIs para atuação em atividades do Anexo I.1.

As lideranças reforçaram a denúncia sobre o corte orçamentário das ATIs, destacando a insuficiência de verba nas Regiões 1 e 2, fato que compromete o acompanhamento técnico previsto na Proposta Definitiva do Anexo I.1, além de abordar a pauta sobre o novo auxílio emergencial.

“Reforçamos a permanência das ATIs e as condições para que elas trabalhem nos territórios, revendo o orçamento que foi para elas colocados, que a gente julga insuficiente e elas [ATIs] também”, contou a atingida Cláudia Saraiva, de Brumadinho, após diálogo com juiz.

Diante da reivindicação da garantia da participação dos atingidos, o juiz assegurou que, no âmbito da instância que ele coordena, a participação dos atingidos será garantida em todos os processos.

Sobre a divisão dos recursos do Anexo I.1 e a definição das comunidades elegíveis, o juiz afirmou que aguarda o entendimento entre Instituições de Justiça (IJs) e a Entidade Gestora e, caso não haja consenso, tomará uma decisão para assegurar a igualdade entre todos os territórios.

SETORES LOCAIS SÃO TEMA DE NOVA RODADA DE REUNIÕES NAS REGIÕES 1 E 2

SETORES. A rodada de Reuniões Intercomunitárias sobre os Setores Locais envolveu os Povos e Comunidades Tradicionais e a Zona Quente

Lucas Jerônimo

Comunidades atingidas das Regiões 1 e 2 da Bacia do Rio Paraopeba e Represa de Três Marias iniciaram uma nova rodada de reuniões de diálogos sobre os Setores Locais, previstos na Governança Popular do Anexo I.1, o modelo de gestão que prevê a centralidade das pessoas atingidas nas decisões referentes aos projetos deste Anexo.

Os novos encontros, realizados com o apoio da Aedas, começaram no dia 28 de junho e se encerraram no último dia 05 de julho, como parte da etapa inicial dos dois anos previstos para a execução dos Projetos de Demandas das Comunidades.

Os Setores Locais, tema da nova rodada de reuniões, é parte do Eixo de Participação e Controle Social. Este Eixo inclui os Conselhos e Setores em Níveis Locais,

Regionais e Inter-regionais e pela Assembleia Geral. Estes espaços serão compostos por representantes das pessoas atingidas.

A Governança Popular estabelece Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Zona Quente como setores no âmbito local. A previsão é de que, além da Zona Quente, sejam formados 16 setores locais de PCTs em toda Bacia, podendo

“

A previsão é de que, além da Zona Quente, sejam formados 16 setores locais de PCTs em toda Bacia.



Foto: Lucas Jerônimo / Aedas

Atingidos da Zona Quente em nova rodada de reuniões intercomunitárias

variar de acordo com as definições das comunidades.

De acordo com Juliana Funari, coordenadora na equipe da Aedas que assessorará as comunidades nos temas do Anexo I.1, “essa rodada de preparação e estruturação trata de quais comunidades irão compor esses setores e as regras. E o funcionamento traz um pouco sobre a dinâmica desse espaço dentro da Governança, como serão as reuniões, a periodicidade, o formato dessas reuniões e outros assuntos nesse sentido”.

Familiares de Vítimas Fatais (FVF), mulheres e Pessoas com Deficiência (PcD) serão temas nas esferas regional e inter-regional. Sobre os Familiares das Joias, a Entidade Gestora, com apoio da Aedas, vai realizar um espaço específico de preparação.

COMO FOI ATÉ AQUI?

A primeira reunião intercomunitária desta nova rodada aconteceu na Comunidade Indígena Aranã, de Juatuba, em 28 de junho. No dia 1º de julho, foi a vez de atingidas e atingidos da Zona Quente se reunirem na Pinacoteca de Brumadinho, no Córrego do Feijão.

No dia 5 de julho, a Aedas deu prosseguimento à série de reuniões, Povos e Comunidades Tradicionais da Região 1 se reuniram no Quilombo Marinhos, em Brumadinho, e lideranças dos Povos de Terreiro e de Matriz Africana, da Região 2, se encontraram em Betim.

PRÓXIMOS PASSOS

No último dia 19 de julho, teve início a 5ª rodada de Reuniões Intercomunitárias que tem como objetivo decidir coletivamente a composição dos Conselhos Locais e Regionais dentro da estrutura de Governança Popular do Anexo I.1. As regras de composição dos conselhos já foram consensuadas anteriormente pelos agrupamentos.

Anexo I.1

ENTIDADE GESTORA LANÇA CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO ANEXO I.1

CALENDÁRIO. Atividades previstas acontecem de junho a dezembro de 2025

Isis de Oliveira

No dia 7 de julho, a Entidade Gestora publicou o cronograma completo de atividades do Anexo I.1, com ações previstas entre junho e dezembro de 2025. O documento detalha as etapas programadas para cada período, que envolvem desde a formação da equipe de trabalho, implementação dos canais oficiais de comunicação e encontros com as comunidades.

Em junho, foram realizadas a seleção, contratação e formação da equipe de trabalho. Já a primeira atividade participativa teve início em meados de julho, com a escuta e o envolvimento dos familiares de vítimas fatais. O intuito foi iniciar a construção do setor específico dos familiares de vítimas.

Entre julho e agosto, está prevista a estruturação dos escritórios regionais nas cinco regiões atendidas. Os municípios de Brumadinho, na R1, e Betim, na R2, deverão sediar dois dos escritórios regionais da Entidade Gestora do Anexo I.1. Nesse mesmo período também está prevista a implementação do portal de transparência, demais canais de comunicação e ouvidoria, com o intuito de ampliar o acesso à informação e fortalecer o controle social.



Foto: Valmir Macêdo / Aedas

Comunidades atingidas já podem conferir cronograma completo de atividades.

CONSELHOS REGIONAIS DE GOVERNANÇA

As formações para participação nos Conselhos Regionais de Governança ocorrerão em diferentes momentos ao longo dos próximos dois anos. Nesta primeira etapa, a formação retomará todo conteúdo da Proposta Definitiva, com detalhamento do passo a passo de todas as atividades, as principais regras da governança e todas as informações importantes para as representações dos Conselhos.

A partir de setembro, estão previstos os encontros para a Inauguração dos Conselhos, que é o

Nesta primeira etapa, a formação retomará todo conteúdo da Proposta Definitiva

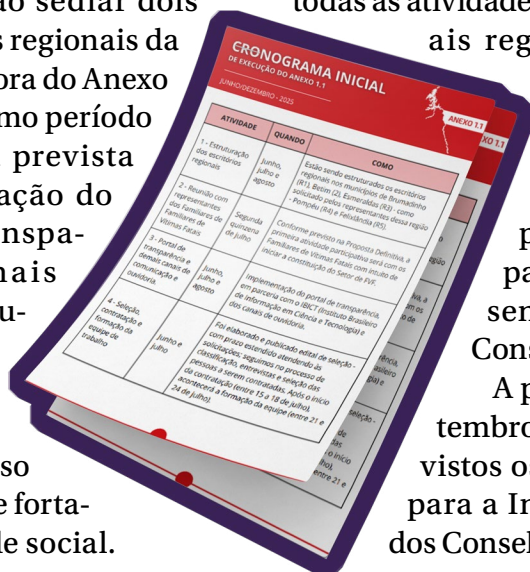
primeiro espaço da Governança Participativa. Nesses encontros as comunidades atingidas iniciarão o planejamento das atividades, indicando quais danos devem ser prioridade na primeira onda de projetos e linhas de crédito e microcrédito.

Entre outubro e dezembro acontecerão novos encontros para a definição das diretrizes e projetos locais e regionais. Nessa fase, serão estabelecidas as medidas a serem implementadas, seus objetivos, metas, indicadores de monitoramento, critérios de contratação das entidades executoras e demais características dos projetos.

Anna Crystina Alvarenga, coordenadora geral do Anexo I.1 da Entidade Gestora, avalia o andamento dos trabalhos: “Essa foi a dedicação, sobretudo agora, nesses primeiros dois meses. E seguimos para o próximo mês em processo de estruturação do restante dos escritórios, em preparar o site, a estrutura de transparência, ouvidoria e iniciamos também os espaços participativos. O nosso primeiro espaço de formação sobre a governança. E estamos também em preparação para o segundo momento, que é a definição dos danos e a inauguração dos conselhos”.

COMO ACESSAR

Para conferir o cronograma completo e mais informações é possível acessar a página do Anexo I.1 no Instagram pelo @anexo1.1. Lembrando que as datas e atividades podem sofrer alteração conforme demanda das comunidades.



**POR JUSTIÇA,
POR EQUIDADE,
POR REPARAÇÃO
LUTAM AS
MULHERES
NEGRAS DO
PARAOPEBA**

**PELO FIM DO
RACISMO,
DO SEXISMO
E PELO
BEM-VIVER
LUTAM AS
MULHERES
NEGRAS NO
BRASIL**

Saudamos as
mulheres negras
dos territórios
atingidos, que
lutam por seus
direitos desde a
abolição ao
rompimento da
barragem.

**EM DEFESA
DOS NOSSOS
TERRITÓRIOS
TRADICIONAIS
PCTRAMA**